**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 075/2019/SEMA**
**PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 042-1948/2019/SEMA**
**CONTRATO N° 020/2019**

**CONTRATO PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE LIMPEZA, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - SEMA E A EMPRESA PRESENTEAR PRESENTES E UTILIDADES LTDA EPP, NOS TERMOS DAS LEIS Nº 8.666/93 E 10.520/02.**

**O MUNICÍPIO DE TERESINA,** pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Marechal Deodoro, nº 860, Palácio da Cidade, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - SEMA**, inscrita no CNPJ sob o nº 06.554.869/0007-50, com sede, foro e administração nesta cidade, à rua Firmino Pires, 121, Centro, CEP 64.000-070, doravante denominada **CONTRATANTE**, representada neste ato por seu Secretário **Raimundo Nonato Moura Rodrigues**, inscrito no CPF sob nº 393.740.503-82, RG nº 976.703 SSP-PI, e, do outro lado, a empresa **PRESENTEAR PRESENTES E UTILIDADES LTDA EPP,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 16.728.597/0001-25, estabelecida na Rua João Boemer, 1245, bairro Brás, São Paulo-SP, telefone (11) 26184275 / 943961366, CEP: 03018-800, doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por **Susy Matias Damasceno**, inscrita no CPF sob o nº 114186898/90, CI/RG nº 18.155.523-2, residente e domiciliada na cidade de São Paulo-SP, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato de fornecimento de material de limpeza, de acordo com o Processo Licitatório nº 042-1948/2019 e Ata de Registro de Preços nº 004/2019 do Pregão Eletrônico nº 075/2019/SEMA/PMT, pelo acima referido, nos termos da Lei Nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores, e da Lei 10.520 de 17/07/2002, mediante cláusulas e condições que se seguem:

## CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

O presente Contrato tem por objeto a compra de material de limpeza para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos – SEMA, conforme especificações constantes na Ata de Registro de Preços nº 004/2019 do Pregão Eletrônico nº 75/2019/SEMA/PMT, discriminado no Anexo I deste Contrato.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

Este contrato será executado com o fornecimento dos materiais descritos no anexo I deste Contrato, de acordo com as quantidades solicitadas mediante Ordem de Fornecimento/Nota de Empenho, segundo as condições estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 75/2019/SEMA, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA**

3.1. Os materiais de consumo serão solicitados de forma parcelada através de ordem de fornecimento e empenho, emitida por servidores especialmente designados.

3.2 O material de consumo deverá ser entregue no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da ordem de fornecimento ou da nota de empenho pelo licitante vencedor, nas quantidades e especificações solicitadas pelo almoxarifado desta Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, localizado na Rua Firmino Pires, nº 121, centro norte, em horário a ser combinado com a Gerência de Material e Patrimônio – GEMAP ;

3.3. Após a comunicação ao fornecedor de emissão da Ordem de Fornecimento o mesmo terá que retirar o empenho em um prazo de 5 (cinco) dias úteis**.** Não retirada a Ordem de Fornecimento dentro do prazo, será começada a contagem do prazo para a entrega, vez que o fornecedor não poderá utilizar do artifício de não ter recebido a Ordem para ter um prazo aumentado para a entrega;

3.4. A cópia da ordem de fornecimento e da nota de empenho também poderão ser enviadas para o e-mail do fornecedor ou seu representante indicado no certame e a data do envio dos arquivos conta como início do prazo de entrega.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

a. Emitir a respectiva Nota de Empenho e a Ordem de Fornecimento para o fornecedor Contratado;

b. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo contratado, pertinentes ao objeto, para a fiel execução do avençado;

c. Efetuar o recebimento do material, verificando se está em conformidade com o solicitado, incluindo-se inspeção em travas, lacres, selos e outros elementos que garantam a inviolabilidade/integralidade dos produtos;

d. Rejeitar, no todo ou em parte, o fornecimento em desacordo com as especificações do Termo de Referência;

e. Comunicar imediatamente ao Fornecedor quando da inspeção do material, qualquer irregularidade verificada;

f. Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

g. Efetuar o pagamento devido, nos termos do edital, quando os objetos fornecidos estiverem em plena conformidade com as especificações do Termo de Referência;

**CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

a. Entregar o material dentro das especificações contidas no Termo de Referência, e havendo indícios de irregularidades, ou ainda, nos casos em que o material entregue apresente características diferentes das contidas no Termo, o material fornecido deverá ser substituído, pelo Fornecedor, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação escrita por parte da PMT-PI;

b. Fornecer produtos novos, rigorosamente em conformidade com todas as especificações estipuladas, e com validade e garantia mínima legal, a contar do recebimento definitivo;

c. Garantir a qualidade dos produtos entregues independentemente da garantia ofertada pelo fabricante;

d. Entregar os materiais acompanhados das respectivas notas fiscais constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, conforme Termo de Referência;

e. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes na entrega e por fatos de que resultem as destruições ou danificações dos bens;
f. Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições exigidas, devendo comunicar à PMT/PI a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;
g. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, bem como pelos impostos, taxas, seguros e valor do frete, dentre outros encargos resultantes da execução do contrato;
h. Responsabilizar-se pelo transporte, acondicionamento e entrega, inclusive o descarregamento dos materiais;
i. Informar à Administração, por escrito, a ocorrência de fatos que possam interferir, direta ou indiretamente, na regularidade do ajuste;
j. Comunicar à Administração, por escrito, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
k. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, atendendo de imediato as reclamações a respeito da qualidade dos produtos;
l. Observar rigorosamente as especificações, normas e instruções da Ordem de Fornecimento e da Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
m. Entregar, nos prazos estabelecidos, documentos e informações que estejam definidos ou que vierem a ser solicitados pela Contratante;
n. Assumir inteira responsabilidade por eventuais danos ou prejuízos causados ao Contratante ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, decorrentes dos objetos fornecidos;
o. Aceitar os acréscimos e supressões que se fizerem necessárias, conforme preceitua o art. 65 § 1º da Lei 8.666/93.

p. Veda-se ao Contratado:
q. Veicular publicidade acerca do objeto avençado, salvo prévia autorização do Contratante;
r. A subcontratação para execução do objeto contratado;
s. A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da PMT/PI durante o período de fornecimento;

**CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL**
6.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
**7.1.** A recusa injustificada da Contratada em aceitar ou retirar a nota de empenho, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as penalidades legal estabelecidas.
**7.2.** No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos – SEMA/PMT poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:
a) Advertência.
b) Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso e por ocorrência de fato em desacordo com o proposto e o estabelecido no Edital, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente.

c) Multa equivalente a 10% (dez por cento), sobre o valor do contrato pela inexecução total, ou 10% (dez por cento) sobre o valor remanescente do mesmo, no caso de inexecução parcial, contado da comunicação oficial;
d) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo de até 02 (dois) anos.
e) Declaração de inidoneidade para com a Administração Pública Municipal enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Prefeitura Municipal de Teresina pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.
f) As multas a que se referem os subitens anteriores serão descontadas dos pagamentos devidos pela Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos – SEMA/PMT ou cobradas diretamente da empresa, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas neste tópico.
g) A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte do adjudicatário, na forma da Lei.
h) Serão aplicados, em caso de descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do presente Termo, as sanções previstas em Edital de Licitação e respectivo Contrato, observados o disposto na Lei n° 10.520, na Lei nº 8.666/93 e outros diplomas legais pertinentes ao certame.

**CLÁUSULA OITAVA – DA FORMA DE PAGAMENTO**

8.1. A Contratada receberá pelo fornecimento do material a importância estimada de R$ 3.494,42 (três mil quatrocentos noventa e quatro reais e quarenta e dois centavos) de acordo com os lotes discriminados no Anexo I deste Contrato e na Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico nº 75/2019/SEMA.

**8.1** Os pagamentos serão feitos, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data do fornecimento do produto, através de depósito bancário (Banco do Brasil) na conta corrente da contratada, após apresentação da Nota Fiscal/Fatura atestada pelo servidor designado para fiscalizar a execução do Contrato, conforme quantitativos do material solicitado naquele período, que deverá indicar a agência, localidade, conta corrente, para que seja feito o pagamento correspondente.

**8.2.** As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada para as devidas correções.

**8.3.** A contratada não receberá pagamento enquanto houver pendências de obrigações que tenham sido impostas em virtude de penalidades ou inadimplemento. Cessadas estas causas, os pagamentos serão retomados sem que haja qualquer direito a atualização monetária.

**8.4.** Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos da União;
b) Certidões Negativas da Dívida Ativa e de Situação Fiscal e Tributária do Estado;
c) Certidão Conjunta Negativa do Município; e
d) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

**CLÁUSULA NONA – DA POSSIBILIDADE DO REAJUSTE, REVISÃO E RENEGOCIAÇÃO DE PREÇOS**

**9.1.** Os preços apresentados no Termo de Referência são fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas e na ocorrência de situação prevista no art. 65 da Lei nº 8666/93.

**9.2.** O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo das aquisições ou bens registrados, cabendo ao Gestor do contrato promover as necessárias negociações com a Contratada, conforme exposto em Decreto Municipal nº 9.175/2009.

**9.3.** Quando o preço registrado, por motivo superveniente e devidamente comprovado, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Gestor do contrato deverá:

a) Convocar o fornecedor ou prestador do serviço visando a negociação para redução do preço e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) Frustrada a negociação, o fornecedor ou prestador do serviço será liberado do compromisso assumido, sujeitando-se às penalidades previstas no edital e legislação específica em vigor;

c) Convocar os demais fornecedores ou prestadores de serviço para igual oportunidade de negociação;

d) Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor ou prestador de serviço, mediante requerimento e comprovação, não puder cumprir o compromisso, o Ente gerenciador poderá:

d.1) Liberar o fornecedor ou o prestador de serviço do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que a comunicação ocorra antes da emissão da nota de empenho;

d.2) Convocar os demais fornecedores e prestadores de serviço para igual oportunidade de negociação.

**9.4.** Não havendo êxito nas negociações, o Ente Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DO OBJETO**

10.1 Observado o prazo de entrega e obrigações, o fornecedor fará a entrega do produto no local, oportunidade em que receberá documento ou atesto na própria Nota Fiscal, declarando a entrega que, nos termos da Lei 8.666/93, artigo 73, será considerado título de recebimento provisório;

10.2 Imediatamente, após o recebimento do objeto em caráter definitivo, que deverá ser efetuado no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento provisório, com a conferência física, quantitativa e qualitativa dos objetos conforme nota de empenho e nota fiscal, o órgão recebedor adotará as providências para pagamento.

10.3. O aceite/aprovação do(s) material(is) pela contratante, não exclui a responsabilidade civil da contratada por vícios de quantidade ou qualidade do(s) material(is) ou disparidades com as especificações, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao órgão contratante as faculdades previstas no artigo 69 da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

11.1. À Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos SEMA/PMT fica reservado o direito de rescindir, unilateralmente, o presente Contrato, independente de interpelação judicial, se a contratada:

a) Descumprir as cláusulas contratuais;
b) Executar o Contrato com irregularidade;
c) Atrasar ou paralisar, sem justificativa prévia, a entrega dos materiais;
d) Ceder ou transferir, no todo ou em parte, as obrigações pelo cumprimento deste Contrato;
e) Tiver falência decretada ou a entrada em processo de recuperação judicial ou extrajudicial;
f) Por superveniente incapacidade técnica;
g) For dissolvida a empresa.
**§ 1º** - No caso de rescisão por inadimplência da contratada será aplicada a multa de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato.
**§ 2º** - No caso de rescisão do presente Contrato, a CONTRATADA receberá somente o valor correspondente aos materiais entregues, deduzido o valor de multa contratual prevista na cláusula anterior.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA SUBCONTRATAÇÃO

**12.1.** Nos termos da Lei 8.666/93 com base no artigo **art. 72** dispõe que a contratada, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pela Administração. Portanto, **não se admite a subcontratação**.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

13.1. A execução e acompanhamento deste instrumento contratual serão fiscalizados pela Gerência de Material e Patrimônio – GEMAP, da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos - SEMA, que será responsável pelo recebimento dos materiais, tendo autoridade para exercer em seu nome, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização da execução contratual. Dentre as competências do servidor designado para a fiscalização dos serviços, caberá:
13.2.Verificar, junto à Contratada e seu preposto, se estão tomando todas as providências necessárias para o bom andamento do fornecimento;
13.3. Emitir pareceres em todos os atos da empresa contratada relativos à execução do contrato, em especial na aplicação de sanções, alterações, prorrogações e rescisão do contrato;
13.4.Verificar a documentação referente ao Licenciamento e o estado de conservação e validade dos produtos;
13.5. Cabe à empresa contratada atender prontamente a quaisquer exigências da fiscalização inerente ao objeto do contrato, sem que disso decorra qualquer ônus para a PMT, não implicando a atividade da fiscalização em qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da empresa contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na ocorrência desta, tampouco a corresponsabilidade da PMT ou de seus agentes e prepostos.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VINCULAÇÃO

14.1. Integram o presente contrato e a eles são remissivos, o Edital e seus Anexos, a proposta de preços e Anexos apresentados pela CONTRATADA no processo licitatório, a Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei nº 10.520/2002, bem como demais legislações aplicáveis.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

15.1. As despesas decorrentes do contrato serão atendidas com recursos oriundos do Tesouro Geral: Fonte 001, Dotação Orçamentária 339030 - Material de Consumo.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

16.1. Os casos omissos serão submetidos a parecer do órgão Jurídico da PREFEITURA MUNICICPAL DE TERESINA e resolvidos de conformidade com o preceituado na Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Municipal nº. 6.441/05 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações e demais legislação vigente aplicável.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO**

17.1. A CONTRATANTE até o 5º (quinto) dia do mês subsequente à assinatura deste Contrato, providenciará a sua publicação, no Diário Oficial do Município (DOM) e no Diário Oficial da União (DOU), visando garantir a eficácia do ato.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**

18.1. Para dirimir conflitos oriundos do presente contrato, fica eleito o Foro da cidade de Teresina – PI, como competente para dirimir as questões decorrentes da execução deste Contrato, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que possa ser.

Teresina, 06 de dezembro de 2019.

**Raimundo Nonato Moura Rodrigues**
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos - SEMA
CONTRATANTE

**Suzi Matias Damasceno**
Presentear Presentes e Utilidades Ltda - EPP
CONTRATADA

**TESTEMUNHAS:**

_____ **CPF nº**_____
_____ **CPF nº**_____

**ANEXO I ao Contrato nº 020/2019/SEMA**
**Processo Administrativo nº 042-1948/2019**
**Pregão Eletrônico nº 75/2019/SEMA**

| LOTES | OBJETO | CÓDIGO E-GOVERNE | QUANT. | VALOR UNIT. | VALOR GLOBAL |
|---|---|---|---|---|---|
| LOTE 7 | BALDE PLÁSTICO COM ALÇA EM ALUMÍNIO CAPACIDADE 10 LITROS | 19392 | 10 | R$ 3,13 | R$ 31,30 |
| LOTE 43 | PAPEL TOALHA CREME C. 1000FLS | 20781 | 400 | R$ 7,57 | R$ 3.028,00 |
| LOTE 48 | RODO DE MADEIRA C. BORRACHA DUPLA, MED. 1,20MX40CM DE BASE | 973 | 20 | R$ 4,41 | R$ 88,20 |
| LOTE 69 | VASSOURA DE PELO SINTETICO 60CM | 1005 | 28 | R$ 12,39 | R$ 346,92 |
| Valor total dos Lotes: R$ 3.494,42(três mil quatrocentos noventa e quatro reais e quarenta e dois centavos) | | | | | |

Teresina, 06 de dezembro de 2019.

**Raimundo Nonato Moura Rodrigues**
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos - SEMA
CONTRATANTE

**Suzi Matias Damasceno**
Presentear Presentes e Utilidades Ltda - EPP
CONTRATADA

tributos serão exigidos integralmente, atualizados monetariamente com os acréscimos legais pertinentes, de acordo com a legislação tributária vigente, além da perda do incentivo.

Art. 8º A autorização objeto deste Decreto não gera direito adquirido, podendo ser revista e revogada, nos termos dos arts. 18 e 19, da Lei nº 2.528/1997, quando comprovado que o Empreendimento:

I – incorreu em infração dolosa, com simulação, fraude ou conluio, respondendo, inclusive, os responsáveis, criminalmente, na forma da lei;

II – usufruiu indevidamente do incentivo fiscal, hipótese em que os tributos tornam-se devidos nos termos do artigo anterior.

Art. 9º Excluindo-se os tributos objeto deste Decreto, aplicam-se ao Empreendimento as demais normas tributárias vigentes.

Art. 10. O Empreendimento contemplado neste Decreto deverá exibir, na frente do estabelecimento, nos termos da Lei nº 2.528/97, placa alusiva ao incentivo medindo, no mínimo, 1m² (um metro quadrado), com a seguinte inscrição: "A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA PARTICIPA DESTE EMPREENDIMENTO COM OS INCENTIVOS FISCAIS DA LEI Nº 2.528/97."

Art. 11. A concessão de qualquer incentivo, inclusive os previstos no art. 9º, da Lei nº 2.528, de 23 de maio de 1997, deverá ser precedida de ampla avaliação pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico - CONTEDE.

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da publicação do mesmo no Diário Oficial do Município.

Art. 13. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Teresina (PI), em 28 de janeiro de 2020.

FIRMINO DA SILVEIRA SOARES FILHO
Prefeito de Teresina

FERNANDO FORTES SAID
Secretário Municipal de Governo

**DECRETO Nº 19.400 DE 28 DE JANEIRO DE 2020**

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que especifica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TERESINA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 71, X, da Lei Orgânica do Município, c/c o disposto no art. 5º, alíneas "d" e "i", do Decreto-Lei nº 3.365/41,e tendo em vista o constante do Processo Administrativo SEI n.º 00070.002476/2019-28,

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, pela via administrativa ou judicial, nos termos da legislação em vigor:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Começa o perímetro do imóvel no Marco M-01, segue a partir daí, em linha reta, limitando-se com Rio Poti, com distância de 137,99 m e ângulo interno de 59°48'30" até encontrar o M-02. Segue a partir daí em linha reta, limitando-se com Carlos Moacir da Costa Ferreira Silva, com distância de 55,93 m e ângulo interno de 114°18'39" até encontrar o M-03. Segue a partir daí em arco, com extensão de 128,99 m e ângulo interno de 91°56'48" até encontrar o M-04. Segue a partir daí em linha reta, limitando-se com Claudino e CIA, com distância de 174,17 m e ângulo interno de 38°57'45" até encontrar o M-01 (Marco Inicial de Partida), fechando assim o contorno perimétrico do imóvel com área de 12.068,00 m² e perímetro do imóvel de 497,08 m.

Art. 2º. O imóvel em tela, objeto da presente declaração de utilidade pública, destina-se à obra de implantação da Avenida Marginal Poti Sul, beneficiando assim, o fluxo viário da região.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERESINA, 28 DE JANEIRO DE 2020.

FIRMINO DA SILVEIRA SOARES FILHO
Prefeito de Teresina

# Administração Direta

## Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 020/2019-SEMA** – Processo Licitatório nº 042-1948/2019 – SEMA/PMT - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 075/2019/SRP/SEMA/PMT. CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos – SEMA; CNPJ: 06.554.869/0007-50; CONTRATADA: Presentear Presentes e Utilidades Ltda EPP; CNPJ: 16.728.597/0001-25; DO OBJETO: Aquisição de material de limpeza; DO PAGAMENTO: A Contratante pagará à Contratada a importância estimada de R$ 3.494,42 (três mil quatrocentos noventa e quatro reais e quarenta e dois centavos); DA VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da assinatura; DA FONTE DE RECURSOS: As despesas decorrentes deste contrato serão atendidas com recursos oriundos do Tesouro Geral: fonte 001, Dotação Orçamentária – 33.90.30 – Material de consumo; ASSINAM: PELA CONTRATANTE: Raimundo Nonato Moura Rodrigues; PELA CONTRATADA: Suzi Matias Damasceno.

## Secretaria Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 102/2020/GAB/SEMEC.** O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da SEMEC, aprovado pelo Decreto nº 7.750 de 05 de junho de 2008, considerando a necessidade de convocação de Professor de Primeiro e de Segundo Ciclo em regime de 20 (vinte) horas semanais para prestar serviço em regime de 40 (quarenta) horas, observado o disposto no art. 41, § 5º, da Lei nº 2.972/2001, com as alterações da Lei nº 4.018/2010, RESOLVE: Art. 1º. Renovar em caráter provisório, Tempo Integral do (a) Professor (a) de Segundo Ciclo, IRISVANIA SOUSA OLIVEIRA, matrícula nº 078902, no(a) E. M. PROFESSORA MARIA DO SOCORRO PEREIRA DA SILVA, turno manhã, com regime de 20 (vinte) horas para prestar serviço em regime de 40 (quarenta) horas a partir de 03 de fevereiro até 31 de julho de 2020. Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria terá seus efeitos a partir da data de sua publicação. GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, em 27 de janeiro de 2020. Kleber Montezuma Fagundes dos Santos, Secretário Municipal de Educação – SEMEC/PMT.

**PORTARIA Nº 103/2020/GAB/SEMEC.** O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da SEMEC, aprovado pelo Decreto nº 7.750 de 05 de junho de 2008, considerando a necessidade de convocação de Professor de Primeiro e de Segundo Ciclo em regime de 20 (vinte) horas semanais para prestar serviço em regime de 40 (quarenta) horas, observado o disposto no art. 41, § 5º, da Lei nº 2.972/2001, com as alterações da Lei nº 4.018/2010, RESOLVE: Art. 1º. Renovar em caráter provisório, Tempo Integral do (a) Professor (a) de Segundo Ciclo, CARLOS ALBERTO RIBEIRO DA COSTA, matrícula nº 038381, no(a) E. M. NOSSA SENHORA DO PERPETUO SOCORRO, turno manhã, com regime de 20 (vinte) horas para prestar serviço em regime de 40 (quarenta) horas a partir de 03 de fevereiro até 31 de julho de 2020. Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria terá seus efeitos a partir da data de sua publicação. GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, em 27 de janeiro de 2020. Kleber Montezuma Fagundes dos Santos, Secretário Municipal de Educação – SEMEC/PMT.